

AGRICULTURA ORGÂNICA: ESTRATÉGIA CAPITALISTA PARA A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL

ORGANIC FARMING: THE CAPITALIST STRATEGY FOR THE (RE)PRODUCTION OF THE RURAL SPACE

Guilherme Magon Whitacker¹

Resumo: Reconhecendo os impactos, positivos e negativos, da modernização da agropecuária brasileira a partir da década de 1960 e do fortalecimento dos modelos alternativos de produção no espaço rural enquanto forma de enfrentamento a expansão do modo de produção capitalista entendemos que surgem novos espaços para a comercialização de produtos que apresentem algum diferencial para o consumidor. Amparada pelo discurso ideológico do desenvolvimento sustentável assistimos a uma expansão da agricultura orgânica a nível mundial. No Brasil, aproveitando-se de um espaço criado pelo próprio capitalismo, a mercantilização de uma prática alternativa tornou-se uma forma de domesticar os rebeldes, ou seja, aquilo que antes era sujo e feio tornou-se essencial. Em seus ciclos de expansão e reprodução, o capitalismo se apodera desta prática de produção e a transforma em um forte atrativo para aqueles que podem responder a todas exigências do mercado e transferirem suas tecnologias de produção, portanto, se falamos de produção, falamos de mercadoria, e é neste contexto que entendemos que o espaço rural (re)produzido dentro deste sistema adquire, de maneira mais acentuada, cada vez mais uma característica de mercadoria. Para realizarmos este trabalho nossa metodologia parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema tendo como suporte os dados sobre a expansão desta prática agropecuária no país. Nosso objetivo será, portanto, demonstrar as possibilidades de expansão desta técnica de produção e a apropriação do capitalismo sobre a mesma.

Palavras-chave: produção alternativa – agricultura orgânica – mercado.

Abstract: Recognizing the impacts, positive and negative, the modernization of Brazilian agriculture from the 1960s and the strengthening of alternative models of production in rural areas as a way of coping with the expansion of the capitalist mode of production there are new spaces for marketing products with a differential to the consumer. Supported by the ideological discourse of sustainable development are witnessing an expansion of organic agriculture worldwide. In Brazil, taking advantage of a space created by capitalism, the commodification of an alternative practice became a way to tame the rebels, or what was once dirty and ugly has become essential in its cycles of expansion and reproduction, the capitalist system takes over the practice of production and turns it into a strong attraction for those who can meet all market requirements and transfer their production technologies therefore, if we speak of production, comes to merchandise, and it is here that we understand that the rural areas (re) produced in this system acquires, more accentuated, more characteristic of a commodity. To accomplish this work part of our methodology a literature review on the subject has been supported by the data on the expansion of

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente. E-mail: guilherme_whitacker@yahoo.com.br

agricultural practice in the country. Our goal is therefore to demonstrate the possibilities of expanding this technique of production and appropriation of capitalism on it.

Keywords: alternative production – organic farming – market.

Introdução

Os efeitos do atual modelo de produção agropecuária são notáveis e distintos. Diferenças tecnológicas e estruturais, processo de espacialização e expansão da fronteira agropecuária, concentração fundiária e pobreza, substituição de culturas, dependência de atividades econômicas não agropecuárias, incentivos governamentais diferenciados, instabilidade de relações de trabalho, influencia dos complexos agroindustriais, impactos sobre o meio natural, contaminação de trabalhadores por agrotóxicos e tantos outros que formam o mosaico do espaço rural brasileiro.

Não é nosso objetivo discutir toda esta problemática trabalhada por diversos autores nas mais variadas áreas do conhecimento, mas sim, a partir do pensamento geográfico e considerando a contribuição de outras áreas do conhecimento, tais como a sociologia rural, interpretar uma pequena parcela deste mosaico e, em específico, reconhecer a tendência atual da agricultura orgânica no Brasil. Pretendemos, portanto, discutir esta realidade a partir de uma interpretação sobre esta prática agropecuária a partir, principalmente de sua maior expansão na década de 1990, impulsionada pelo discurso ecológico no Brasil.

Deste modo, dedicaremos atenção, a uma questão já bem abordada no meio acadêmico, à questão da expansão do modo capitalista de produção sobre o espaço rural, porém, buscaremos um olhar diferenciado sobre os chamados modelos alternativos de produção, em específico a agricultura orgânica, buscando analisar quais foram os impulsos para a expansão deste modo de produção e o interesse de grandes produtores em transferir suas práticas produtivas tradicionais para este modelo e, assim, entender parte dos processos que transformam o espaço rural em mercadoria.

Isto se justifica por entendermos este como um dos principais modelos alternativos de produção em sua origem e, na atualidade, é justamente este que sede sua nomenclatura para rotulação e padronização de outras formas alternativas que acabam sendo inseridos dentro do modo capitalista de produção desvirtuando suas proposições iniciais.

Para alcançarmos estes objetivos, partimos de revisão bibliográfica sobre o surgimento de modelos alternativos e abordamos, brevemente, suas diferentes denominações em uma tentativa de ilustrar a variedade implícita neste contexto e, a partir daí, traçamos um esboço daquilo que chamamos de domesticação dos rebeldes, ou seja, buscamos interpretar os mecanismos que impulsionam o mercado orgânico nacional e demonstramos valores comercializados no Brasil e no mundo como forma de fundamentar nossa discussão.

A reprodução espacial do modo capitalista de produção sobre o espaço rural e os modelos alternativos de produção

Com o término da 2ª Grande Guerra Mundial a economia, em escala internacional, atingiu uma dinâmica expansionista de forte expressão em vários ramos, dentre eles a agricultura e a pecuária em diversos países, inclusive o Brasil. Isto porque a lógica da expansão do modo capitalista de produção é buscar novos espaços para sua acumulação e reprodução como condição de sua própria existência, garantindo a produtividade voltada para a obtenção do lucro (HARVEY, 2004).

Neste período, tem início uma fase na história da agropecuária mundial que ficou conhecida como revolução verde, que trazia em seu bojo o discurso do aumento da produtividade e da qualidade dos alimentos. Portanto, entendemos que a partir, principalmente, da década de 1960 houve uma transferência de tecnologias até então aplicadas para fins militares para o espaço rural objetivando, não só o aproveitamento e melhoramento destas tecnologias, mas também um incremento na produtividade da agropecuária e das indústrias químicas em expansão. Neste sentido:

De forma análoga aos adubos nitrogenados, desenvolvidos como corolário da indústria do salitre para pólvora, e dos inseticidas, ligados inicialmente à guerra química, o avanço no desenvolvimento dos herbicidas foi fruto da Guerra do Vietnã. Para combater com pouco risco o inimigo escondido sob a floresta tropical, era necessário desfolhá-la, desenvolvendo-se para essa finalidade o agente laranja. Após o agente laranja foram vindo outros herbicidas, reforçando a posição da indústria química como principal supridora da agricultura (KATHOUNIAN, 2001, p. 22).

Agindo como forma de impulsionar à produção em larga escala, a revolução verde aliada a grande propriedade fundiária e estimulada por políticas de créditos alterou, também, as bases técnicas da produção agropecuária. Para que altos índices de produtividade fossem alcançados não bastava à alteração das práticas tradicionais de produção, foi necessário primeiro, uma alteração nas bases científicas e tecnológicas, ou seja, uma reorientação nas unidades de ensino nacionais. Deste modo, esta dinâmica alterou toda a base científica de formação na área de produção agropecuária que precisou ser reajustada e moldada de acordo com os interesses de países mais avançadas tecnicamente (EHLERS, 1999).

Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, houve uma expansão da espacialização destas novas tecnologias devido à agregação de técnicas industriais por grandes proprietários de terras que se viam inseridos em um processo maior, a expansão do modo capitalista de produção apoiada por estímulos governamentais que favoreciam a adoção de pacotes tecnológicos da revolução verde (DELGADO, 2005).

[...] a década de 1970 viu completar-se o pacote dos insumos químicos: adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas e ainda um conjunto de variedades modernas que ao longo do processo haviam sido selecionadas para bem aproveitar esses insumos. Sem dúvida era um sistema no qual a agricultura se tornara completamente dependente da indústria química. Contudo, ao menos aparentemente, era tão eficiente e

produtivo que dispensava explicações. Por essas vantagens, consolidou-se e se transformou, sobretudo nos países industrializados, no modo “convencional” de produção. (KHATOUNIAN, 2001, p. 23)

Portanto, com forte apoio institucional para a associação entre produção e indústria (química ou de produtos), ocorre à modificação do complexo rural brasileiro, pois este se torna fortemente dependente de exigências do mercado internacional (MÜLLER, 1989). Deste modo, tem início o período de caificação da agricultura brasileira, que tem em seu bojo o processo de integração de capitais (DELGADO 1985).

A partir deste período, com a industrialização da agropecuária cada vez mais acentuada a partir do incremento tecnológico, tempo e espaço de produção são alterados. O tempo encurtou-se, tornou-se virtual, desconectado do tempo de produção que dependia das condições naturais e passou a ser reproduzido artificialmente, ou seja, a expansão tecnológica contribui para a territorialização de práticas espaciais agroindustriais; portanto, o espaço rural foi reproduzido, tornado e entendido exclusivamente como mercadoria, principalmente pela seletividade tecnológica, instrumento de expansão da mundialização do capital, que por sua vez intensifica seu poder de logística e transforma o espaço rural.

A partir do exposto entendemos, portanto, que a agropecuária nacional, estimulada por políticas de crédito que facilitavam a integração entre a produção agrícola e pecuária e a introdução de plantas industriais, foi profundamente alterada respondendo aos desejos do mercado internacional (GONÇALVES NETO, 1997).

Mesmo levando em conta o aumento da produtividade agropecuária nacional com o fortalecimento do complexo agroindustrial, críticas são apresentadas a esta modernização agrícola e pecuária que, mesmo assim, continua prevalecendo, conforme anota Hespanhol (2008).

A agricultura moderna produtora de *commodities* vem ampliando a sua importância na geração de divisas, por meio da expansão do agronegócio, o qual tem sido responsável por mais de um terço do valor das exportações e tem garantido os sucessivos *superávits* na balança comercial do país. Diante do exposto, pode-se afirmar que o modelo econômico produtivista ao qual se vincula a agricultura moderna, apesar dos seus perversos resultados sociais e ambientais e das alterações que foram feitas nas políticas agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos para desencorajar as explorações intensivas, continua prevalecendo em âmbito global e nacional (HESPANHOL, A. N. 2008, p.06).

Neste momento, cabe lembrarmos que a implementação ocorrida em sistemas tradicionais de produção através de produtos químicos e mecânicos (revolução verde) na agropecuária teve como discurso a diminuição da fome no mundo, pois, após o período das grandes guerras mundiais, a humanidade estava atenta ao abastecimento alimentar, visto que áreas cultiváveis e também áreas já cultivadas em grandes partes da Europa e outros continentes encontravam-se inadequadas, ou seja, houve escassez de alimentos e de terras para produção. Mal

que viria a ser combatido através da promessa do aumento qualitativo e também quantitativo de alimentos, porém de acordo com Caporal (2008):

Pelo contrário, o que vimos, além do aumento da fome, foi uma permanente, crescente e continuada destruição dos diferentes biomas, o aumento das áreas em processo de desertificação (e dos programas hipócritas para reduzi-la), bem como o aumento da erosão dos solos, a perda e exportação da fertilidade e da água (a valores que não estão embutidos nos custos de produção do empresário individual e que não aparecem nas contas do PIB). Vimos crescer também a contaminação dos aquíferos, dos rios, dos mares e, pior, dos alimentos (CAPORAL, 2008, p.25).

Paralelo a estes fatos, voltando à década de 1960, difundiram-se idéias que se apresentavam como oposição a implementação tecnológica com base na quimificação e mecanização no espaço rural. Os modelos alternativos de produção fortaleceram-se como forma de manifestação contrária a práticas que alteravam o tempo “natural” de produção e também como uma atitude de contraposição, baseada nos novos movimentos sociais, entre eles o movimento ambientalista, ao modo de produção capitalista sobre o espaço rural colocando agricultores tradicionais em uma posição contrária a expansão da revolução verde.

Sobre os impactos negativos da revolução verde, observa-se que as técnicas desenvolvidas foram criadas de acordo com as necessidades específicas de países de clima temperado e, desconsiderando as diferenças, foram introduzidas em países de clima tropical, como o Brasil, causando inúmeros problemas (PRIMAVESI, 2003). Conforme esta autora:

Nos trópicos, com ecossistemas completamente diferentes dos de clima temperado, esta tecnologia não aumentou as colheitas como esperado, mas levou à decadência total dos solos especialmente pela lavração profunda, a neutralização do alumínio por calagens elevadas, o desequilíbrio entre os nutrientes, causado pela adubação com NPK e uso de pesticidas, e a exposição dos solos a chuvas e sol. Como resultado aparecem cada vez mais pragas e doenças que atacando as culturas foram combatidas por substâncias tóxicas desenvolvidas durante a guerra para a guerra como os fosforados, desenvolvidos como neurotóxicos e os clorados, como inseticidas (PRIMAVESI, 2003, p. 01).

Entendemos, portanto, que práticas agropecuárias baseadas na revolução verde, reconhecidamente predadora de recursos naturais, podem ser consideradas como uma das responsáveis por um conjunto de externalidades negativas percebidas na atualidade (CAPORAL, 2008).

Sobre este aspecto, Hespanhol (2008) escreve que:

Além do alto custo econômico de sua manutenção, a exploração excessiva da base dos recursos naturais levou a crescentes níveis de degradação e esgotamento dos solos,

poluição das águas, intoxicações e contaminações de agricultores por agrotóxicos, além de perda de biodiversidade (HESPANHOL, A. N. 2008, p. 03).

Deste modo, entre as décadas de 1970 e 1980, passa a ser questionada por pequenos, mas expressivos, grupos de agricultores de vários países toda esta introdução tecnológica na produção agropecuária e seus efeitos sobre os recursos naturais e as pessoas, este fato impulsionou os chamados modelos alternativos de produção no espaço rural. Impulsionou porque, segundo Caporal (2008):

Desde muito tempo, a sociedade vem buscando estabelecer estilos de agricultura que sejam menos agressivos ao meio ambiente e capazes de proteger os recursos naturais, assegurar maior longevidade, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica ocorridos a partir do final do século XIX (CAPORAL, 2008, p. 14).

Portanto, com base nestes argumentos, se fortaleceram e foram disseminados métodos que ficaram conhecidos como alternativos de produção no espaço rural. E, neste mesmo período, durante o acontecimento das grandes conferências mundiais sobre a questão de preservação dos recursos naturais, é dado o alarde da necessidade de se pensar em novas formas de produção também no espaço rural.

Interpretando a noção de alternativos dada aos produtores que se dedicavam a estas técnicas, Khatounian (2001), vai escrever que estes eram:

Tratados marginalmente por longo tempo, apenas se tornaram visíveis ao grande público quando sua crítica ao método convencional mostrou-se irrefutável. Nas conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982 e 1992, materializaram-se as evidências de que os danos causados pela agricultura convencional eram de tal magnitude que urgia mudar de paradigma (KHATOUNIAN, 2001, p. 23).

A título de ilustração e buscando mostrar as particularidades entre os diferentes modelos alternativos de produção agropecuária elaboramos a partir, principalmente do trabalho de Eduardo Ehlers (ELHERS, 1999) a seguinte tabela procurando demonstrar as características dos principais ramos da agricultura alternativa, ou seja, biodinâmico, orgânico, biológico e natural.

Principais ramos da agricultura alternativa	Fundadores e princípios
	Rudolf Steiner, década de 1920. Manutenção da qualidade do solo para a qualidade das culturas vegetais. Tratamento do solo, do esterco (<i>preparos biodinâmicos</i>).

Agricultura Biodinâmica	A propriedade agrícola deve ser entendida como um organismo. Interação entre produção animal e vegetal. Respeito ao calendário astrológico para sementeira e demais atividades agrícolas. Utilização de preparos biodinâmicos compostos de substâncias minerais, animais e vegetais para reativar as <i>forças vitais</i> da natureza.
Agricultura Orgânica	Albert Howard, década de 1920 – 1930. Compostagem e adubação orgânica. Reciclagem de matérias orgânicas. Manutenção da qualidade do solo. Não aplicação de fertilizantes, pesticidas ou reguladores de crescimento sinteticamente elaborados. Em culturas perenes nenhum produto químico deverá ser aplicado onde o produto for cultivado num período de doze meses antes do aparecimento dos botões florais e durante todo o seu período de crescimento e colheita. Em culturas permanentes nenhum produto químico deverá ser aplicado na área onde o produto for cultivado num período de doze meses antes da sementeira ou do transplante e durante todo o período de crescimento e colheita.
Agricultura Biológica	Hans Peter Müller, década de 1930. Aspectos econômicos e sócio-políticos. Autonomia dos produtores e sistemas de comercialização direta. Não trata como essencial a consorciação entre agricultura e pecuária. A produção agrícola deve fazer uso de distintas fontes de energia. Incorporação de roxas moídas ao solo. Deve haver integração com as demais propriedades e com o conjunto de atividades socioeconômicas regionais. Manejo do solo, fertilização e rotação de culturas.
Agricultura Natural	Motiki Okada e Masanobu Fukuoka, década de 1930 – 1940. As atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza. Mínima intervenção no ambiente natural e nos processos naturais. Método de “não fazer” (não arar a terra, não aplicar inseticidas e/ou fertilizantes, não utilizar compostos). Aproveitar os processos naturais sem desperdiçar energia. Rotação de culturas. Uso de adubos verdes. Uso de cobertura morta. Controle natural de pragas

Tabela 1 – Principais formas de agricultura alternativa: protagonistas e princípios.

Fonte: Elhers, 1999.

Organizador: Guilherme Magon Whitacker.

Neste momento acreditamos ser conveniente mencionarmos que, de acordo com Elhers (1999):

Existem ainda outras designações como: método Lemaire-Boucher, permacultura, agricultura ecológica, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura regenerativa,

agricultura poupadora de insumos, renovável, sunshine, mazdaznan, macrobiótica, etc., que são variantes de uso muito restrito. Ou ainda, agroecologia, uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, mas que, a partir dos anos 80, nos EUA e na América Latina, passou a ser empregada em alguns círculos para designar uma prática agrícola propriamente dita (ELHERS, 1999, p. 47/48).

Voltando nossa atenção para o Brasil, Brandenburg (2003) escreve sobre as origens dos modelos alternativos, apontando que estes eram:

Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseada na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. [...] Surge como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio no meio rural. Os grupos alternativos serão formados por agricultores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola (BRANDENBURG, 2003, p. 01).

Assim, entendemos que as práticas alternativas de produção agropecuária podem ser chamadas, em sua origem, de práticas não capitalistas de produção, pois não estavam voltadas ao comércio da forma como o temos na atualidade. Em outras palavras, se um modelo de produção agropecuário surge se posicionando contra toda uma indústria química e mecânica que avança indistintamente sobre o espaço rural, negando a necessidade de uso de insumos químicos e mecânicos criados por esta indústria, não há como desassociar este modelo industrial de um sistema maior, onde está inserido, que é o modo capitalista de produção, portanto, entendemos que ainda que indiretamente, inicialmente, os agricultores ao se posicionarem contra a quimificação e motomecanização também se posicionam contra a reprodução do espaço rural como mercadoria.

Fazendo uma pausa em nossas observações, reconhecemos que as tecnologias difundidas neste momento não devem ser consideradas, em todo o seu conjunto, como práticas exclusivamente prejudiciais. Entendemos que todo impacto possui resultados adversos, positivos ou negativos, e não subjulgamos os benefícios para agricultores que dependem desta atividade para sua sobrevivência, o que procuramos questionar aqui é a absorção, ou melhor, a rotulação de diferentes sistemas produtivos em uma só categoria e os fins dados a esta rotulação, o mercado capitalista, que acaba por distorcer os reais princípios destas diferentes categorias.

Feitas estas observações iniciais sobre o surgimento de modelos alternativos, passamos, neste momento, a dedicar nossa atenção à questão da mercantilização e da padronização da agricultura orgânica. Esta atenção sobre este modelo em específico se dá porque em um primeiro momento este modo de

produção alternativa atualmente, a princípio, se mostra como absorvida pelo modo capitalista de produção, tendo sua nomenclatura utilizada como referência para rotular todos os outros modelos alternativos, como veremos mais adiante, facilitando a inserção destes no mercado.

A domesticação dos rebeldes. A estratégia capitalista de comercialização de produtos orgânicos.

Como sustenta David Harvey (2004), para a garantia de continuidade do modo capitalista de produção, é necessário que se criem novos espaços para que seja possível sua acumulação e rendimentos (lucro), caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entraria em declínio. A homogeneidade não se configura dentro do capitalismo, é intrínseco para a perpetuidade deste sistema, que é contraditório em sua própria essência, criar seus próprios espaços (HARVEY, 2004).

De início a agricultura orgânica era uma proposta de revisão e mesmo de resistências as formas de produção tradicionais, onde a produtividade deveria ocorrer sem a degradação dos recursos naturais, exploração dos trabalhadores rurais e, principalmente, como uma alternativa tanto na forma como era produzida quanto comercializada, garantindo a continuidade das atividades de agricultores que optavam por modos diferenciados de produção no espaço rural. Entretanto, algumas das formas de agricultura denominadas de alternativas (ou rebeldes, pelo posicionamento adotado) não respondem, na atualidade, aos desejos da época em que surgiram as primeiras manifestações em relação a estes modelos de produção.

Os apelos inerentes à produção e ao consumo dos alimentos orgânicos induzem ao estabelecimento de relações diferenciadas com o mercado. A emergência dos métodos alternativos de produção e seu mercado não são fatos isolados.

Como demonstramos, a partir do espectro da fome e do alarde provocado pelas grandes conferências internacionais que difundiram o “discurso do medo” ambientalista, surge um novo nicho de mercado rapidamente percebido por capitalistas. Os anúncios a respeito dos benefícios sobre a não utilização de insumos químicos durante a produção induziu o estabelecimento de novas relações entre o produtor e o mercado, atualmente estimulado pelo discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, grande jogada de comércio que cria novos espaços para a reprodução do modo capitalista de produção.

A agricultura orgânica enquanto técnica de produção agropecuária oportuniza novas relações de trabalho e de competitividade tanto na agricultura familiar como no agronegócio brasileiro, fomentando, desta forma, o estabelecimento de um novo mercado por meio de estratégias associadas às mudanças nos padrões de consumo e da falsa percepção de conscientização ecológica. A nosso ver, dentre outros motivos, são principalmente estes aspectos de crescente valorização inconsciente por parte da sociedade, que possibilitam o crescimento do mercado para os produtos orgânicos.

No Brasil, para identificar uma produção orgânica, adotou-se a denominação de sistema orgânico de produção para indicar que os alimentos ali produzidos podem ser considerados como orgânicos, e, através da Lei nº 10.831 publicada em 2003 identificamos o que se propõe com esta denominação. Segundo esta Lei:

[...] o sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta lei (BRASIL, 2003).

Esta opção, a nosso ver, deu-se em função da própria lógica de dominação do capitalismo, que busca constantemente construir e reconstruir seus espaços. Em outras palavras, em um primeiro momento, este sistema criou as bases para impor um modelo agropecuário fortemente pautado na mecanização e utilização de produtos químicos, via políticas públicas e créditos rurais, proporcionando o aparecimento dos modelos alternativos no espaço que restava aos produtores que não eram beneficiados por estas políticas. Agora, com apoio institucional, volta-se para o espaço que criou, isto é, o espaço alternativo, ou seja, domesticam-se os rebeldes (EHLERS, 1999).

Isto porque, se analisarmos as exigências para a produção orgânica fica difícil imaginar um pequeno produtor que possa se adequar a estas reivindicações. Neste sentido esclarecemos que:

Para a realidade da agricultura familiar nos países do Sul, o preço cobrado pelo serviço da certificação os impede de entrar neste jogo. Ao preço cobrado pelas certificadoras se soma o fato de muitos compradores do Norte exigirem determinados certificados, obrigando os exportadores do Sul a contratarem o serviço de mais de uma certificadora, algumas vezes chegando a 4 ou 5 diferentes certificações para a mesma área, levando os custos a patamares insustentáveis para os produtores (MEIRELLES, 2003, p. 02).

E, concordando com este pensamento, observamos que com um mercado cada vez mais aberto para este tipo de produção, criam-se os mecanismos necessários para reproduzir os interesses da classe dominante, de acordo com aquilo que Khatounian registra.

[...] é crescente a adesão dos meios políticos à proposta orgânica, por várias razões. A proposta orgânica tem perfeita aderência ao anseio generalizado entre os eleitores por atitudes ambientalmente corretas. Esse quadro torna a produção orgânica politicamente mais correta, o que é sempre lembrado nas discussões que antecedem as eleições em cada país. Por isso, a opção dos meios políticos pela agricultura orgânica está se generalizando. A partir de meados da década de 1990, o interesse mais evidente tem vindo do meio empresarial, especialmente de supermercados e de produtores rurais mais capitalizados. No momento, o mercado orgânico se caracteriza como um nicho [...] (KHATOUNIAN, 2001, p. 42 – 43).

Neste sentido, segundo Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, a adoção de legislação específica pelo governo brasileiro visando à regulamentação

da produção orgânica e sua certificação ocorreu em virtude do aumento da demanda por esses produtos no mercado interno (HESPANHOL, R. A. M, 2008).

Portanto, entendemos que é este o atual momento de recriação de espaços para o capitalismo e é deste espaço de produção, em sua origem alternativo, que ele se apropria recriando mecanismos, especialmente institucionais, que alteram em muito o compromisso e intensidade com o qual estes modelos foram criados há décadas atrás, assim, domesticam-se os rebeldes.

Sobre a regulamentação da produção orgânica observamos que, quando esta teve início, o modo de organização dos produtores se dava através de processos de diálogo entre produtores rurais e consumidores de centros urbanos aonde estes produtos eram comercializados, existia certo grau de confiabilidade e credibilidade que dispensava o uso de qualquer tipo “legal” de certificação. Isto garantia que estes produtores pudessem dar continuidade aos seus modos não capitalistas de produção.

Na atualidade, a partir do advento da Lei 10.831/03 que sistematicamente padroniza os diversos ramos de produção alternativa, criou-se uma maneira de rotular produtores que trabalham com práticas alternativas e, dessa forma, garantir ao mercado produtos direcionados para uma parcela da população que, aparentemente, reconhece todos os malefícios dos produtos convencionais.

Deste modo, esta rotulação, esta padronização melhor dizendo, direciona as intenções do consumidor e principalmente inibe a credibilidade sobre alguns produtores que almejam trabalhar com técnicas alternativas, mas não possuem crédito para a fase de transição. Isto transforma a produção alternativa em uma alternativa de produção voltada exclusivamente ao comércio capitalista. Como exemplo, podem-se citar supermercados, algumas certificadoras, e grandes fazendas produtoras de orgânicos em extensas áreas de monocultura. Até mesmo grandes empresas produtoras e vendedoras de agrotóxicos vêm criando linhas de insumos para orgânicos.

Durante a década de 1990, momento de impulsão do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, fortemente amparado pelo marketing verde criador do consumidor ecologicamente correto, a trajetória da expansão de modelos alternativos no Brasil recebeu novos olhares. A luta pela sobrevivência dos pequenos produtores rurais associados à expansão da oportunidade de mercado de orgânicos, reforçou a visão de um produto para um nicho de mercado específico e em expansão que não contempla as especificidades deste pequeno produtor, se levarmos em consideração a dificuldade para a certificação e também o não financiamento para o período de conversão do modelo convencional para uma agricultura de baixo impacto.

À medida que a produtividade orgânica vai ganhando espaço e adquirindo crédito junto ao governo e principalmente a consumidores os debates de interesse, científicos e mercadológicos, se ampliam. Desta forma, como dissemos anteriormente o capital, ou melhor, o capitalista incorpora a produção orgânica e a absorve dando-lhe outro sentido, o que antes era feio e sujo, agora se torna necessário e indispensável. A lógica do capital não vai pautar devidamente as questões relativas ao meio natural e nem tão pouco incorporar a variável social, pois esta pautada em um universo fundamentado no lucro, a qualquer custo.

Assim, dentro desta lógica, absorvida pelos ciclos de expansão do capital que estabelecem a criação, a destruição e a recriação de novos espaços para sua expansão, a certificação verde não ultrapassa a condição de paliativo dentro dessa lógica para atender um novo e emergente mercado. Em um documento publicado

pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD, 2010), percebemos o avanço da agricultura orgânica pelo mundo.

Registros apontados no estudo *The World of Organic Agriculture*, realizado em 2010 pelo Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) e pelo International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), indicam que a agricultura orgânica é realizada em 154 países, sendo que todos eles apresentam crescimento da área orgânica. São 1,4 milhões de produtores ocupando 35 milhões de hectares de cultivo orgânico certificado, com uma média mundial de 25 hectares por produtor. Ainda considerando o referido estudo, o Brasil com 1,8 milhões de hectares posiciona-se como a quarta maior área orgânica do mundo. No entanto, com a divulgação dos dados levantados pelo Censo Agropecuário 2006, a área agrícola orgânica brasileira é mais do que o dobro da área apresentada pelo IFOAM, considerando a área certificada e não certificada. Os 4,9 milhões de hectares identificados pelo Censo Agropecuário 2006 projetam o Brasil como a segunda maior área destinada ao cultivo orgânico do planeta, atrás somente da Austrália (IPD, 2010).

E ainda, particularmente no Brasil, segundo Schultz (2007):

No Brasil, a produção orgânica apresentou um crescimento significativo nos últimos cinco anos, passando de 100 mil hectares em 2000 para 887.637 hectares em 2006. (WILLER; YUSSEFI, 2000, 2006). Considerando somente a produção formalmente certificada as vendas desses produtos no Brasil, em 2003, atingiram aproximadamente US\$ 200 milhões, com uma taxa de crescimento do mercado estimada entre 30 a 50%. (LENOURD; PIOVANO, 2004). Abacaxi, banana, café, mel, leite, carnes, soja, palmito, açúcar, frango e hortaliças são alguns dos principais produtos da agricultura orgânica brasileira. Atualmente, no Brasil, já são aproximadamente 14.000 propriedades que possuem sistemas orgânicos de produção (WILLER; YUSSEFI, 2006), sendo que 90% destes estão localizados em propriedades familiares (SCHULTZ, 2007, pg. 05).

Nesta condição a agricultura orgânica facilmente se tornou um novo negócio para a acumulação do capitalista, relegando novamente para um segundo plano as dimensões naturais, culturais, sociais e políticas mais efetivas. Assim, a proposta é descaracterizada e crescentemente apropriada pelo modelo e lógica aos quais se opunha. Se levarmos em consideração os dados alavancados a partir de 2006, através do censo agropecuário podemos notar que a tendência acima descrita, de inserção no mercado capitalista, já esta se concretizando.

Segundo o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD, 2010):

No setor de orgânicos, o projeto organics Brasil (IPD/Apex-Brasil) estima que as exportações de produtos orgânicos brasileiros em 2010 girou em torno de 250 milhões de dólares. O crescimento estimado de 20% ao ano das exportações ao longo dos últimos 5 anos proporcionou ao setor um avanço e a consolidação da atividade no Brasil, permitindo que a produção orgânica vivesse um período de plena expansão e ganhasse importância econômica no mercado externo e também interno (IPD, 2010, p.15).

No contexto da consolidação e da ocupação de um novo mercado de alimentos, além da pressão do próprio mercado interno e das certificadoras, desencadearam-se no início da década de 1990, processos de discussões e elaborações pró-normalização e certificação da agricultura orgânica no Brasil.

Com base nos dados disponibilizados pelo censo agropecuário de 2006 e pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD, 2010) com valores comercializados no Brasil e mundo buscamos aprofundar nossa discussão.

O mercado mundial de produtos orgânicos movimentou US\$ 26,5 bilhões no ano de 2004, dos quais apenas US\$ 100 milhões couberam ao Brasil, ou seja, menos de 0,4%. Portanto, há um vasto potencial para expansão de produtos nacionais nessa linha, não só no mercado interno como também no internacional. Estudos que orientem as ações de produtores, bem como o papel de entidades e do governo, são extremamente importantes para aumentar essa participação (BRASI, IICA, MAPA/SPA, 2007, p. 14).

Neste sentido, segundo Guivant (2003) o mercado para os produtos orgânicos:

O mercado mundial de orgânicos movimenta cerca de US\$ 23,5 bilhões de dólares por ano, e há uma expectativa de crescimento da ordem de 20% ao ano. [...]De acordo com dados de Yussefi e Willer (2003), o mercado varejista mundial de alimentos e bebidas orgânicas aumentou de US\$ 10 bilhões de dólares para 17,5 bilhões entre 1999 e 2000 (crescimento de 58% ao ano), sendo estimado para 21 bilhões em 2001, caso se mantivesse a taxa média de crescimento anual de 20% (GUIVANT, 2003, p. 4).

Ainda segundo esta autora, no Brasil:

Não há informações fidedignas sobre o número total de produtores de orgânicos, mas o Instituto Biodinâmico (IBD), maior certificadora brasileira, responsável por uma área de aproximadamente 100.000 mil hectares, estima que devem ser mais de 7 mil, fundamentalmente pequenos e médios produtores, que seriam responsáveis por 10% e 80% da produção de orgânicos, respectivamente (Folha de São Paulo,

10/11/2002). O IBD já certificou 707 novos projetos, dos quais 255 já usam o selo da instituição e 455 se encontram em processo de conversão (GUIVANT, 2003, p.8).

Mas por que tem aumentado tanto os números sobre a comercialização de orgânicos? Fritz Schumacher, em 1973, escreveu que para satisfazer os ideais de preservação de recursos naturais, à produção em geral, entre ela a produção agropecuária, deveria dar-se em escala local ou no máximo regional (SCHUMACHER, 1973). Esta era a base filosófica do movimento ambientalista que influenciou produtores rurais naquele período, contudo, com o forte apelo mercadológico sobre a questão ambiental os dizeres de Schumacher foram esquecidos.

Apesar da existência em várias regiões do país de feiras exclusivamente destinadas à comercialização de produtos orgânicos entendemos que, para a existência de um comércio de produtos orgânicos de forma que se alcance a lógica do capital, o lucro, vem sendo implementada a concentração da comercialização em supermercados, pois, de acordo com Schultz (2007):

No Brasil existe a tendência e ocorrer à concentração da comercialização dos produtos orgânicos em supermercados, principalmente nos maiores centros consumidores. Trata-se de um canal de comercialização que está influenciando e determinando a demanda e produção de produtos orgânicos. A comercialização em supermercado torna “mais evidente” o produto orgânico, sendo assim uma oportunidade de ampliar a sua visibilidade e de demonstrar os seus mais diversos atributos. São nestas condições que os produtos orgânicos ganham maior visibilidade dentro dos supermercados, buscando atrair, principalmente, os consumidores de maior renda (SCHULTZ, 2007, pg. 20).

Ainda neste sentido, segundo Carlos Armênio Khatounian (2001):

[...] a forte demanda por produtos orgânicos tem levado as grandes redes de supermercados a estabelecerem estandes específicos num número crescente de lojas no Centro-Sul. Essa expansão tem forçado a organização de um mercado atacadista e tem levado à incorporação dos produtos orgânicos às vias formais de distribuição. Atualmente, o crescimento desse mercado é estimado em 30% ao ano, mas não há dados oficiais (KHATOUNIAN, 2001, p. 32).

Outro fator, fundamental, para esta comercialização é a certificação exigida pelos supermercados para a comercialização em seus estabelecimentos, que garante que aquele produto possui origem orgânica. E a certificação, por si só, também se tornou um negócio relevante, considerando que, de acordo com o IPD (2010):

[...] o total de 5.175.636 estabelecimentos brasileiros computados pelo Censo Agropecuário 2006 foram apontados

90.498 estabelecimentos orgânicos no Brasil, ou seja, 1,7% dos estabelecimentos são orgânicos. Destes 90.498 estabelecimentos, 5.106 são certificados e 85.392 ainda não são certificados. Existe ai um enorme potencial para as certificadoras de estabelecimentos orgânicos, já que somente 5,6% são certificados (IPD, 2010, pg. 18).

E ainda:

O total de área orgânica no Brasil abrange 4,9 milhões de hectares, o que representa 1,5% da área agropecuária que é de 333,7 milhões de hectares. Do total da área orgânica, 10,5% (517 mil hectares) é certificada e 89,5% (4,4 milhões de hectares) não é certificada (IPD, 2010, pg. 21).

Para compreendermos melhor estes números e entende-los no contexto acima apresentado, extraímos do documento intitulado “Perfil do Mercado Orgânico Brasileiro como Processo de Inclusão Social”, elaborado pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento e com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, reproduzimos a seguir dois gráficos que demonstram a possibilidade expansão do mercado de certificação orgânica no Brasil. (IPD, 2010).

No gráfico 1, abaixo, fica clara a oportunidade de expansão para as certificadoras se interpretarmos os números relativos aos estabelecimento ainda não certificados no Brasil.

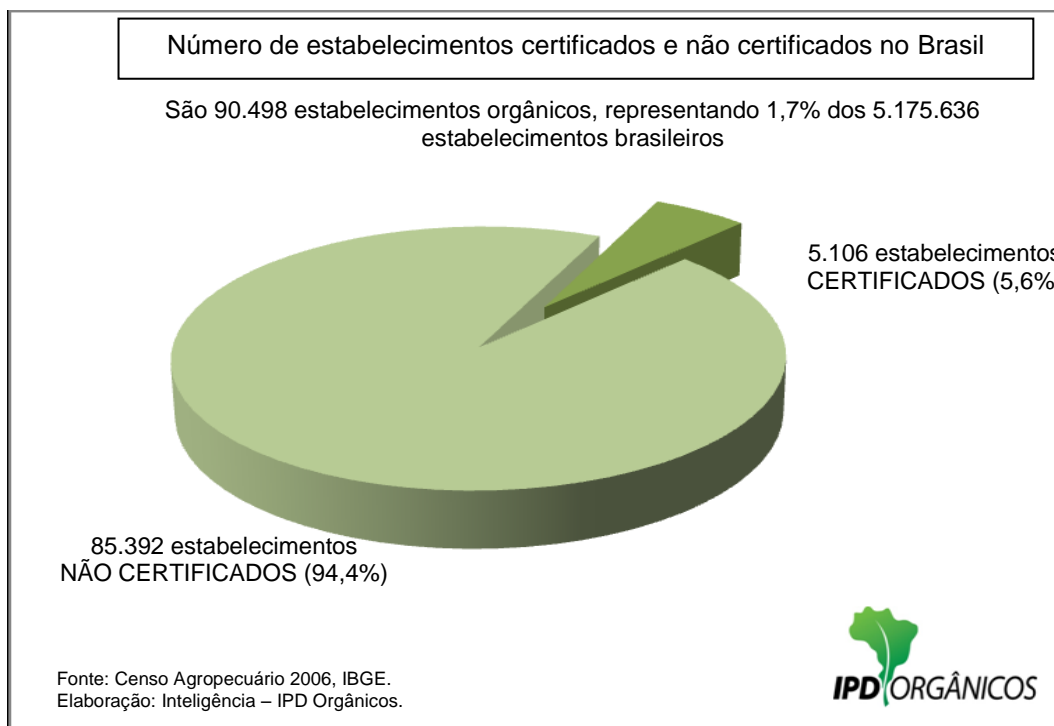


Gráfico 1 – Número de estabelecimentos orgânicos certificados e não certificados no Brasil.

Fonte: censo agropecuário 2006.

Elaboração: Inteligência – IPD Orgânicos. IPD, 2010, p. 13.

Já no gráfico 2, ilustrado a seguir, percebemos estes índices por área no Brasil e fazemos a mesma relação anterior, ou seja, comparamos as certificadas com aquelas não certificadas. Mais uma vez, torna-se evidente as possibilidades de expansão para empresas que trabalham com certificação orgânica no Brasil, ressalta-se que todo o processo de certificação ocorre por empresas credenciadas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e acarretam ao produtor, atualmente, um elevado custo que se reflete no valor comercializado.

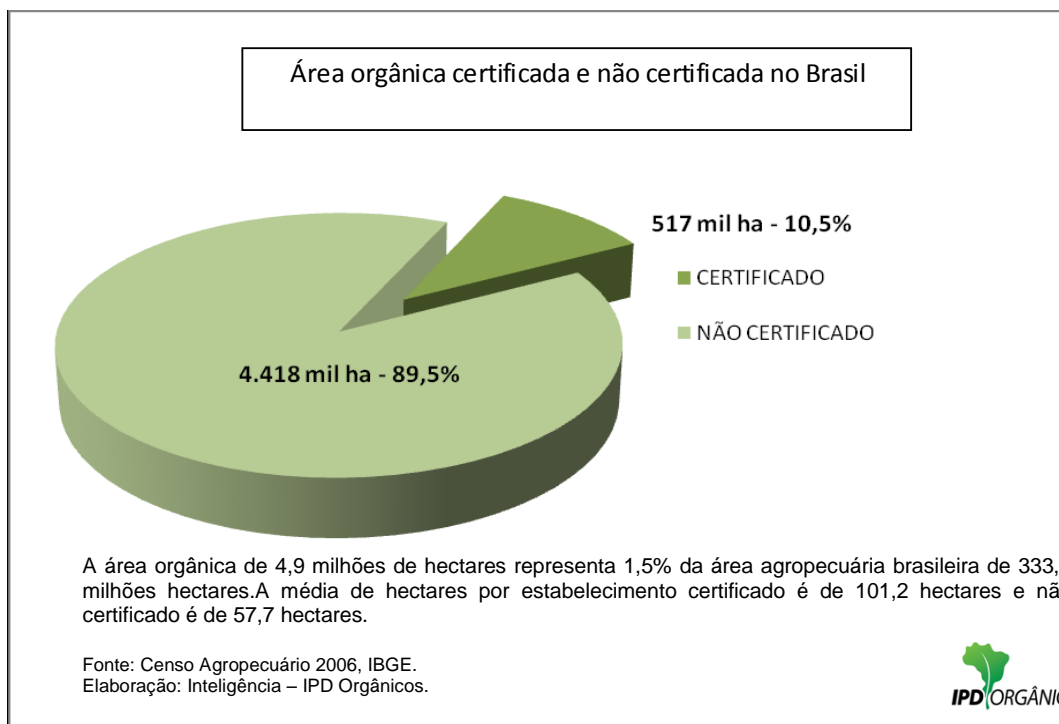


Gráfico 2 – Área de produção orgânica certificada e não certificada por estado.

Fonte: censo agropecuário 2006. Elaboração: Inteligência – IPD Orgânicos. IPD, 2010, p. 15.

Dentro deste novo cenário, a consolidação de diversas iniciativas, a ocupação de uma faixa significativa do mercado de alimentos, bem como a pressão da comunidade europeia e outros países importadores de produtos orgânicos do Brasil, além da pressão do próprio mercado interno e das certificadoras, desencadeou-se no início da década de 1990, processos de discussões e elaborações pró-normalização e certificação da agricultura orgânica no Brasil, fator decisivo para a comercialização e inserção dentro dos moldes capitalistas daqueles que, em um primeiro momento, se opuseram a este modelo.

No Brasil, o órgão responsável pela fiscalização sobre a certificação é o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), que é administrado pelo MAPA e foi instituído pelo Decreto 6.323/07, e é integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo MAPA (MAPA 2012).

Os organismos que fazem a avaliação dos padrões necessários para a certificação na produção são instituições que verificam e atestam que produtos ou

estabelecimentos produtores ou comerciais atendem ao disposto no regulamento da produção orgânica, estes podem ser: certificadora por auditoria ou organismo participativo de avaliação da conformidade.

Algumas das principais certificadoras cadastradas junto ao MAPA autorizadas a atuar no Brasil são: ECOCERT Brasil, IBD – Instituto Biodinâmico, IMO – Instituto de Mercado Ecológico, TECPAR Cert – Instituto de Tecnologia do Paraná, OIA – Organização Internacional Agropecuária – OIA Brasil – Agricontrol, INT – Instituto Nacional de Tecnologia; Organismos participativos de avaliação de conformidade – OPAC: ABIO – Associação de agricultores biológicos do estado do Rio de Janeiro, ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas, Rede Ecovida, Instituto Chão vivo de avaliação da conformidade (MAPA, 2012).

Deste modo, diante do exposto, entendemos que a agricultura orgânica, a partir de sua definição jurídica voltada a fins de padronização, aliada ao processo de certificação por órgãos governamentais tornou-se um grande filão para o modo capitalista de produção. Reiterando o que aqui já apontamos, consideramos portanto que de modelo alternativo de produção, a agricultura orgânica foi transformada de acordo com interesses em uma alternativa de produção para o mercado capitalista, afastando-se de suas origens e seus ideais.

Considerações finais

Por fim, esclarecemos que nossa intenção não é se posicionar contra formas menos degradantes de produção e muito menos criticar a possibilidade de produtores rurais melhorarem sua condição de vida, nossa intenção foi demonstrar a ascensão e o desvio de uma prática que nasce como contrária a exploração capitalista e na atualidade, a nosso ver, se demonstra inserida nesta prática.

Procuramos demonstrar ao longo desta construção que os modelos alternativos de produção no espaço rural encontram-se, atualmente, inseridos na lógica capitalista de produção e não representam mais uma oposição ao capital, mas sim, um nicho de expansão deste setor agropecuário. Como mencionamos anteriormente, entendemos que o espaço rural e suas expressões de resistência ao modo capitalista de produção encontram-se cada vez mais inseridos nas tramas dos articuladores deste sistema, que através de mecanismos de comércio ou de Estado, ou ambos, conseguem inserir os alternativos, ou rebeldes, em seus objetivos.

Entendemos, de acordo com todo o exposto, que foram criados intencionalmente os mecanismos necessários para a expansão da agricultura orgânica no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, dentro dos moldes da produção capitalista e, neste sentido, não consideramos a agricultura orgânica atualmente como um modelo alternativo, mas sim, como uma alternativa de modelo de produção agropecuária.

Reconhecemos que se trata, sem dúvida, de uma forma de produção menos degradante, tanto para produtores quanto consumidores e ainda para o meio natural, mas, considerar que na atualidade aqueles que decidem por trabalhar com este tipo de produção estão trabalhando por “um mundo melhor” é, a nosso ver, aceitar prontamente e sem questionamentos o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, pois, diante do exposto, não consideramos este tipo de agricultura como enfrentamento as bases do capital e, portanto, em pouco contribui para “um mundo melhor”.

Referências

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de produtos orgânicos / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; coordenadores Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. 108 p.

BRASIL. Lei nº de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição para agriculturas mais sustentáveis. IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. Brasília, D.F. 2008. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/6235009>. Acesso em: 25/05/2012.

DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone, 1985. 240 p.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil: 1950- 2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: INCRA, 2005. 128 p.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável- Origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 157 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1997. P. 141.

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente e Sociedade (Campinas)*, Campinas, Unicamp, v. VI, n. 2, p. 63-82, 2003.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2004. 187 p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda e pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelioni; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: expressão popular, 2008. 256 p.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. Confins (Paris), v. 2, p. 01-15, 2008.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (IPD). MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social. IPD. Curitiba: 2010. Disponível em:http://ipd.org.br/upload/tiny_mce/arquivos/Perfil_do_mercado_organico_brasileiro_como_processo_de_inclusao_social.pdf. Acesso em: 25/05/2012.

KHATOUNIAM, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: agroecológica, 2001. 345 p.

MEIRELLES, Laércio. A certificação de produtos orgânicos: caminhos e descaminhos. Centro Ecológico Ipê – Serra. Litoral Norte. Assessoria e formação em agricultura Ecológica. Ipê-SP. 2003. Disponível em:<http://www.centroecologico.org.br/artigos.php>. Acesso em: 25/05/2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em:<http://www.prefiraorganicos.com.br/agroorganica/mecanismosdecontrole/sistemabrasileiro.aspx>. Acesso em: 28/05/2012.

MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo: Hucitec, 1989. 149 p.

PRIMAVESI, Ana. Revisão do conceito de agricultura orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água. Palestra no Sindicato Rural de Itaipava (SINDAI). Biológico, São Paulo, v.65, n.1/2, p.69-73, jan./dez., 2003.

SCHULTZ, Glauco. Agroecologia, agricultura orgânica e a institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores do sul do Brasil. AGRÁRIA, São Paulo, nº 7, pp. 61-93, 2007.

Recebido em 14 de junho de 2012.

Revisado em 14 de julho de 2012.

Aceito em 28 de agosto de 2012.